

METAFÍSICA E FÉ CRISTÃ:
UMA LEITURA DA “FIDES ET RATIO” *

Henrique C. L. Vaz
CES—BH

I. Esquema:

1. Breve introdução sobre a atualidade do tema *Fé e Razão*.
2. Perspectiva histórica: A idéia original da Razão e suas diferenciações históricas. Fé e Razão na história da cultura ocidental.
3. Reflexão filosófica : A meta-analogia na polaridade Fé e Razão.
4. Conclusão:
 - a. Situação atual do problema *Fé e Razão*: a hermenêutica da *Fides et Ratio*.
 - b. O futuro de uma civilização.

* Conferência no Seminário sobre a Encíclica *Fides et Ratio* promovido pelo Núcleo de Estudos Teológicos (PUC - MG) e Instituto Jacques Maritain, seção de MG (Setembro, 1999).

II. Introdução

A atualidade do tema *Fé e Razão* pode ser considerada a partir de dois ângulos: a. uma atualidade *permanente*; b. uma atualidade *conjuntural*. A segunda, como parece ser a atualidade suscitada pela publicação da *Fides et Ratio*, é a que mais desperta interesse. Mas a primeira é mais importante e é mesmo fundamento da segunda. O que entendemos por atualidade *permanente* da relação Fé e Razão?

Queremos significar com essa expressão a presença constitutiva de um entrelaçamento entre Fé e Razão (termos a serem definidos ulteriormente nesse contexto) na estrutura simbólica da nossa civilização, tal como vem sendo transmitida há pelo menos 19 séculos, ou seja, desde as primeiras gerações cristãs. A alternativa a essa espécie de destino inscrito na própria essência histórica do Ocidente seria recomeçar a partir de determinado ponto zero toda a nossa história na sua vertente simbólica. Utopia que permanece desenhada no céu da filosofia moderna e habitou os sonhos de um Marx, de um Nietzsche, talvez de um Freud e de outros menores. Ela está expressa numa frase impressionante da romancista Marguerite Yourcenar nas suas *Memórias de Adriano*. Remontemos ao II século, quando o destino cristão da nossa história ainda não se definira. Diz Yourcenar: *Les dieux étant morts et le Christ n'étant encore venu, par un moment l'homme fut seul*. Recomeçar deste "homem só", sem deuses e sem Cristo, uma história diferente, tal a solução que suprimiria de vez a atualidade *permanente* do problema *Fé e Razão*. É possível ou mesmo provável essa solução? Por enquanto nada parece indicá-lo, não obstante ser esse um dos alvos mais tenazmente perseguidos pelos corifeus da chamada modernidade. Mas não nos ocupemos com o que poderá ser. Fiquemos com o que é, ou seja, com essa nossa história estruturalmente pensada e vivida em termos de Fé e Razão ou, numa linguagem mais filosófica, de *transcendência* e *imanência*. Por sua vez, a atualidade *conjuntural* se dá quando em alguma situação cultural se delineia uma tendência mais constante e mais nítida para a solução do problema pela supressão de um dos seus termos. Assim nas épocas de predomínio do chamado *fideísmo* na história da cultura cristã (absorção da razão pela fé) ou do seu contrário, o *racionalismo* (supressão da fé por uma certa prática da razão). Mas essa atualidade *conjuntural* só é possível sobre a pressuposição da atualidade *permanente* do problema.

Nossa cultura vive, há pelo menos quatro séculos (desde o século XVII) uma viva exarcebação dessa luta da "Ilustração contra a superstição", como se exprimia Hegel, tendo em vista a imposição definitiva da solução *racionalista*. Ora, essa solução torna-se cada vez mais

poleticamente atual em virtude do gigantesco avanço do projeto de racionalização ou colonização racional da vida, primeiramente conhecido como Ilustração e hoje pluriforme e onipresente.

É no contexto dessa atualidade *conjuntural* que se situa a *Fides et Ratio*.

Vamos indicar aqui brevemente os modelos teóricos que nos parecem mais significativos propostos pelos que explicitamente refletem sobre essa questão na sua atualidade *conjuntural*, que é a mais visível: a) na cultura *secularizada* ora prevalece o modelo *dialogal*, que aceita pelo menos discutir as pretensões de conhecimento *objetivo* por parte da Fé — o exemplo mais ilustre aqui é a filosofia hegeliana —; ou então, e sobretudo, o modelo *crítico*, que admite apenas uma significação *subjetiva* para a atitude da Fé e reduz sua pretendida significação *objetiva* tão somente a objeto de investigação por parte das diversas ciências humanas. b) na cultura *cristã* (ou teológica) encontramos igualmente dois modelos: o modelo *tradicional*, em que a Razão tem seu campo próprio nos *preambula fidei*, segundo o programa agostiniano-anseimiano da *fides quaerens intellectum*, e a Fé busca articular-se com a Razão numa espécie de meta-analogia, como depois explicaremos — esse modelo, digamo-lo desde já, é o que a *Fides et Ratio* pretende ampliar e atualizar —; ou então o modelo *moderno*, pós-Ilustração, que tem como seu iniciador o teólogo protestante F. Schleiermacher (1768-1834), o verdadeiro patrono da teologia moderna e pai do modernismo tanto protestante como católico. Nesse modelo a Fé situa-se na esfera do *sentimento*, conceito complexo, que aqui não é o lugar para desenvolver, e que foi historicamente relançado pelo conceito de “salto” na obscuridade de Fé, proposto por outro teólogo luterano, o dinamarquês S. Kierkegaard. Seguindo esse modelo a teologia abriu largo campo para a releitura da Fé pela utilização das categorias e métodos de alguma das ciências humanas julgada mais apta para esse trabalho hermenêutico (Psicanálise, Sociologia, Ciências da Cultura, etc...). Esse é, indiscutivelmente, o modelo dominante, sob várias formas, no *establishment* teológico contemporâneo.

III

Antes de passarmos a uma breve evocação histórica dos conceitos de Fé e Razão, cabe aqui uma observação preliminar que se reveste, a nossos olhos, de decisiva importância.

Convém, com efeito, chamar a atenção para o fato de que a expressão consagrada *Fé e Razão*, agora solenizada na Encíclica papal, sugere

uma restrição semântica que pode torná-la perigosamente ambígua. Ela parece traduzir uma oposição excludente entre duas grandezas simbólicas, a Fé e a Razão, levantando-se então o desafio teórico, a meu ver insolúvel, de unir ou, pelo menos, compatibilizar entre si essas duas grandezas, julgadas absolutamente heterogêneas. Por outro lado, semelhante restrição semântica acaba autorizando igualmente um dilema como o que foi enunciado recentemente pelo filósofo italiano Paolo Flores d'Arcais: *aut Fides aut Ratio*, excluindo assim de vez a possibilidade de comparação entre os dois termos. É, pois, necessário esclarecer que a expressão Fé e Razão não significa originariamente uma relação de oposição alinhando, de um lado, a Razão como razão *pura* reivindicando a sua autonomia e, de outro, a Fé ou a crença como atitude espiritual independente da Razão.

Com efeito, entendida na sua acepção originária, a Razão é um fenômeno *antropológico* elementar, aquele que possibilitou ao ser humano um passo novo e decisivo na evolução da vida, e que Teilhard de Chardin denominou *le pas de la réflexion*. Com o fenômeno da Razão estamos diante de uma nova estrutura de *conhecimento* qualitativamente diferente daquela que até então prevalecera no mundo animal e que é essencialmente obediente ao esquema estímulo-resposta, ou ao binômio sensação-imaginação. O aparecimento da Razão significou uma ruptura desse esquema, na medida em que o conhecimento racional definiu-se desde o início como um conhecimento segundo *regras*, o que significou um distanciamento intencional do sujeito racional com relação ao mundo circundante e a reinterpretação reflexiva deste segundo os códigos de leitura que a própria razão vai estabelecendo. Começa assim a longa e emocionante história da evolução do ser humano como *zôon lógon échon*, o animal possuidor de *razão* segundo a expressão famosa de Aristóteles. Com alguma simplificação, podemos dizer que essa história caminha em duas direções fundamentais e equioriginais: a) a razão *fabricadora*, que permite a invenção de *instrumentos* e a rápida modificação do entorno vital do ser humano; b) a razão *simbólica* expressa na *linguagem*, que permite a criação do universo dos sinais convencionais, a sua ordenação, as regras da sua utilização, enfim a comunicação que torna possível a formação das sociedades humanas, e a integração de todas as obras humanas no mundo da *cultura*, que é o mundo humano por excelência.

Ora, o que se segue desses eventos originais presentes na gênese da nossa história? Segue-se que, de alguma maneira, tudo o que é humano é *racional*, o que é *real* para nós é racional ou racionalizável, e mesmo as zonas obscuras do chamado "irracional" só são tais se opostas à claridade do racional. Por conseguinte, ao compararmos Fé e Razão, comparamos, de fato, uma certa forma de Razão presente na Fé e que torna possível a linguagem da Fé como linguagem coerente e

portadora de sentido, e uma Razão que avocou para si esse título na medida em que desenvolveu autonomamente seus recursos intrínsecos em termos de constituição de uma linguagem própria que hoje denominamos Lógica, de método, de procedimentos demonstrativos, dotando-se, assim, de um incomparável dinamismo em face de outras formas de Razão. Desta sorte, comparando duas grandezas simbólicas ao utilizarmos a expressão Fé e Razão, o que na verdade comparamos são as razões da Fé e as razões da Razão.

Para entrarmos logo no terreno da *nossa* história (a história da Razão no ciclo civilizatório do Ocidente), diremos que a segunda forma de Razão, que se tornou a Razão *tout court*, fez seu aparecimento definitivo na Grécia por volta do VI século A. C. Esse foi um evento decisivo e, sem dúvida, um dos eventos fundadores da nossa civilização. Acontece que, bem próximo geograficamente mas bem longe culturalmente da Grécia clássica, um outro evento tinha lugar no campo da evolução da Razão humana, cujas peculiaridades iriam destiná-lo a tornar-se o segundo grande evento fundador da nossa história. Seus traços e sua herança nos foram transmitidos pelos escritos hoje reunidos no Livro por excelência, a Bíblia. Observe-se, aliás, que aqui não consideramos a Bíblia do ponto de vista dogmático ou teológico, mas do ponto de vista estritamente histórico-cultural.

Utilizando uma chave original de interpretação, condensada na proposição “a ordem da história é a história da ordem” e desenvolvida na sua grande obra *Order and History* ¹, o historiador, politólogo e filósofo americano de origem alemã Eric Voegelin (1901-1985) designou aqueles dois eventos como sendo as duas mais radicais e conseqüentes tomadas de consciência da ruptura que se deu no início do primeiro milênio A. C. na representação do mundo das primeiras civilizações, dando início ao chamado “tempo-eixo” e que abriu para a consciência humana ou, diríamos, para a história da Razão, a dimensão da *transcendência*, que passará a ser a direção ordenadora da história nesse ciclo cultural que chamamos Ocidente². A irrupção da *transcendência* na consciência do povo bíblico foi designada por Voegelin como *diferenciação profética* da consciência, e sua irrupção na consciência do povo grego como *diferenciação noética*. Cada uma dessas formas de Razão apresenta suas características originais e o que parece surpreendente e, de certo modo, imprevisível do ponto de vista do desenvolvimento histórico da lógica interna de cada uma delas, foi o seu encontro a partir do II século D. C., o seu confronto e, finalmente, o seu aparentemente indissolúvel entrelaçamento para formar a

¹ 5 vols., Louisiana State University Press, 1956-1987.

² A propósito, ver H. C. LIMA VAZ, *Escritos de Filosofia III*, São Paulo: Loyola, 1997, 202-214.

matriz simbólica fundamental da nossa civilização e que hoje designamos com a expressão elíptica Fé e Razão. Nessa expressão, pois, e assim voltamos a uma observação já feita, trata-se da junção de duas formas de diferenciação histórico-cultural da consciência humana, para falar como Voegelin, ou de Razão no sentido antropológico original do termo. É esse evento espiritual, sobre cuja significação não deixamos de meditar, que inaugura a atualidade *permanente* da relação a um tempo histórica e teórica entre Fé e Razão, ou entre as razões da Fé e as razões da Razão. Uma das características mais originais desse conúbio entre Fé e Razão é o fato de que cada um dos termos conserva ciosamente a sua identidade primeira, fazendo com que a sua relação assuma a forma de uma relação dialética absolutamente original, que foi profundamente examinada por Hegel e é mesmo um dos eixos ordenadores do sistema hegeliano. Com efeito, podemos observar o seguinte: enquanto a razão grega, que é uma razão da própria Razão, mostrava-se, em face de todo os campos da realidade abertos ao sujeito racional — Natureza, Sociedade, Crenças, Costumes, Técnicas —, dotada de um irresistível poder de assimilação, originando o imenso processo de “racionalização” (no sentido da razão demonstrativa ou da “diferenciação noética” da consciência) da realidade, que constitui o dinamismo mais poderoso da civilização do Ocidente, a razão bíblica, que é uma razão da Palavra original na sua manifestação transcendente (*oriens ex alto*), resistiu tenazmente a uma assimilação ou absorção pela razão grega, vindo a formar a polaridade dialética Fé e Razão que até hoje está presente no nosso universo simbólico.

Correndo o risco de complicar um pouco mais a exposição dessa parte *histórica*, devemos ainda assinalar uma outra propriedade da Razão, no seu sentido amplo, que se revela em todas as suas formas e manifestou-se de modo espetacular na razão grega e na sua herdeira, a razão *moderna*³. Tendo rompido o rígido esquema estímulo-resposta e quebrado assim o círculo repetitivo do *instinto*, a Razão inicia o seu processo de *auto-diferenciação*, criando incessantemente novas formas de razão ou, como preferimos dizer, novos estilos de *racionalidade*. São estes estilos que tecem verdadeiramente a *história da Razão*. Eles estão presentes de modo mais visível nos dois grandes paradigmas da Razão que estamos considerando: a razão *profética*, no mundo bíblico, a razão *epistêmica* (ou científica), na Grécia. No âmbito da razão *profética* encontramos as diversas formas de *linguagem* que a Bíblia nos oferece. No domínio da razão *epistêmica* assistimos à formação da enciclopédia das ciências, que até hoje não cessa de crescer.

Ora, num movimento inverso ao processo de auto-diferenciação, manifesta-se igualmente na história da Razão a necessidade imperiosa de

³ Ver H. C. LIMA VAZ, *Ética e Razão moderna*, *Síntese* 68 (1995): 53-85 (aqui, 58-64).

unificação das diferentes formas de *racionalidade* nas quais a própria Razão vai se auto-diferenciando. Observa genialmente Voegelin que, tendo a nova idade da Razão, inaugurada pelo tempo-eixo, sido marcada pela irrupção da *transcendência* na consciência humana, foi na direção da *transcendência* que teve lugar inicialmente o movimento de *unificação* das formas auto-diferenciadas da Razão que se multiplicavam. Desta sorte, a razão unificadora das formas de razão expressas nas linguagens bíblicas foi a *profecia*, e eis porque, segundo o ensinamento de Paulo, a unidade final das razões bíblicas é Jesus Cristo como plenitude de todas as profecias; e é essa razão *cristológica* que propriamente denominamos *Fé*, forma superior de conhecimento (*gnosis*) na terminologia de Paulo.

Por outro lado, a razão unificadora das formas de razão constitutivas da *episthémē* grega veio a ser a Filosofia ou, como passou a ser conhecida a partir da edição das obras esotéricas de Aristóteles, a *Metafísica*, forma mais alta do conhecimento filosófico. Fé e *Metafísica* ou Fé e Razão: eis formada a polaridade em torno da qual girou, nesses últimos vinte séculos, a vida espiritual do Ocidente. Correndo o risco de alguma simplificação, podemos resumir assim essa longa história: polaridade de *harmonização* até o século XIII; polaridade de *tensão* do século XIII aos nossos dias. Não vamos aqui acompanhar os episódios e vicissitudes desse caminhar lado a lado da Fé e da Razão por tantos séculos em extraordinária *concordia discors*. Isso pode ser feito através da leitura das histórias conhecidas da Teologia e da Filosofia e de uma literatura abundante, conquanto desigual, sobre o assunto. Para mim, nenhuma introdução melhor a essa temática do que a obra prima de Etienne Gilson, *L'Esprit de la philosophie médiévale*⁴.

Mais importante para nós é tentar responder à seguinte interrogação: é possível atingir a camada mais profunda do exercício das razões tanto bíblica quanto grega, onde se deu sucessivamente a possibilidade da sua convivência e a inevitabilidade da sua ruptura? Na nossa opinião essa camada descobre-se ali onde situa-se a fonte da qual brotou um novo ciclo da Razão na história da humanidade e que, na nossa tradição, seguiu os dois rumos da razão bíblica e da razão grega: essa fonte foi, indubitavelmente, a experiência da *transcendência*, então decantada e pura com relação aos seus primeiros ensaios que viam já dos tempos pré-históricos⁵. Ora, essa experiência assume, a partir dos inícios do tempo-eixo ou da aurora da civilização ocidental, uma característica original, da qual procede paradoxalmente o seu formidável dinamismo histórico: trata-se da experiência de uma *transcendência real*, que transgride os limites do horizonte mundano

⁴ 2ª éd., Paris: Vrin, 1942.

⁵ Ver H. C. LIMA VAZ, *Escritos de Filosofia III*, 201 e segs.

e histórico no qual o ser humano se via encerrado. Na tradição bíblica essa experiência encontra sua expressão conceptual e lingüística definitiva no paradigma da Palavra criadora, que é uma Palavra de *revelação* e é, finalmente, Jesus Cristo, centro da Fé: tal a significação decisiva, do ponto de vista da análise que estamos conduzindo, do Prólogo joanino. Na tradição helênica prevalece o modelo *ideonômico*, a transcendência *real* do inteligível (*noetón* transcendente) sobre o sensível (*aisthetón* imanente), que encontra sua expressão conceptual e lingüística definitiva na teoria das Idéias de Platão: tal a significação decisiva para essa nossa história, da alegoria da Caverna na *República*⁶. Em outras palavras, a experiência da transcendência *real* ou de uma realidade transmundana e transhistórica, *unificadora* das múltiplas formas em que se diferenciava historicamente a Razão original tem por objeto ou assume, na tradição bíblica, a forma de uma Palavra de Revelação que supõe o ser humano, na sua situação existencial, como “ouvinte da Palavra”, segundo a expressão do teólogo Karl Rahner, ou assume, na tradição grega, a forma de uma Palavra de Sabedoria, que supõe o ser humano capaz de elevar-se sobre sua situação existencial para tentar contemplar (*theoria*) a fonte original da *transcendência*. No primeiro caso há uma experiência da “descida” (*katábasis*) do Transcendente em direção à nossa razão finita, o que implica uma resposta na forma da Fé. No segundo caso há uma experiência da “subida” (*anábasis*) da nossa razão finita em direção ao Transcendente, o que implica a sua elevação à forma mais alta que lhe permite a sua capacidade inata, ou seja, à Filosofia. Em ambos os casos, porém, a fonte da Transcendência *real* permanece infinitamente distante e não pode ser “apreendida” pela razão finita, o que dá origem ao tópico do “Deus inapreensível”⁷. Evidentemente há uma analogia entre os dois movimentos: o do Transcedente que se inclina até nós e que só pode ser acolhido pela nossa razão como uma *graça* — atitude da Fé, domínio da *gratuidade* —; o da nossa razão que tenta elevar-se ao Transcendente na sua inalcançável distância ontológica — iniciativa suprema da Razão, domínio da necessidade racional, ou da Metafísica. Mas há também a impossibilidade de confundi-los, e a sua interação fecunda gerou e impulsionou a história espiritual do Ocidente nos séculos cristãos.

Fé e Razão, assim entendidos, apresentam uma estrutura conceptual própria com suas categorias que assim podemos resumir:

Fé -> Palavra, História, Revelação, Anúncio, Audição, Fidelidade, Esperança (*Rm*, 8, 18-27; 10, 14-21).

⁶ Ver H. C. LIMA VAZ, *Filosofia da Religião e Metafísica*, *Síntese* 80 (1998): 133-146.

⁷ *Peri akataléptou Theoù*, título de um opúsculo de São João Crisóstomo.

Razão -> Ser, Princípio, Perfeição, Ordem, Causalidade, Finalidade, Hierarquia, Unidade [Aristóteles, *Met.*, V (*delta*)].

Tanto a estrutura da Fé quanto a estrutura da Razão são estruturas *teocêntricas*. Com uma diferença essencial: na estrutura da Fé o movimento parte do Centro transcendente e irradia para o círculo da razão finita como Palavra de Salvação, cujo acolhimento na razão é propriamente a *teologia*; na estrutura da Razão o movimento parte da razão finita e converge para o Centro transcendente, constituindo-se como suprema Sabedoria humana no esforço sempre recomeçado e nunca terminado para alcançar o "Centro divino" (W. Jaeger), o que é propriamente a Filosofia como Metafísica. A possibilidade de se estabelecer uma analogia entre esse dois movimentos fundamentais da Razão na história espiritual do Ocidente repousa toda na sua estrutura *teocêntrica*, na sua intencionalidade para o Transcendente. Mas a originalidade de cada um deles nos obriga a falar aqui de uma *meta-analogia*, cuja elaboração traça o fio mais profundo na formação da teologia cristã, pelo menos desde Orígenes até Tomás de Aquino.

IV

Ao falarmos de meta-analogia já estamos em plena reflexão filosófica sobre o problema Fé e Razão. Mas a natureza extremamente especulativa dessa questão aconselha que não a desenvolvamos no presente contexto. Nossa reflexão filosófica prosseguirá, pois, ainda em referência à história.

A pergunta aqui é a seguinte: quando e por que se deu a passagem de uma polaridade inicial de *harmonização* entre Fé e Razão a essa polaridade de *tensão* com a qual hoje nos defrontamos? Muitas e complexas causas de toda ordem podem ser apontadas. Mas, do ponto de vista da análise *filosófica* no qual aqui nos situamos, uma causa única, necessária e suficiente agiu decisivamente no sentido da ruptura da meta-analogia entre Fé e Razão: a imanentização da Transcendência e a conseqüente leitura materialista de Aristóteles, ou seja, do Filósofo por definição. Essa leitura foi obra do filósofo árabe Ibn-Roschd (Averróis para os latinos) no século XII e foi adotada por alguns Mestres de Artes das Universidades medievais no século XIII. História conhecida, que não vou repetir aqui. Ela prossegue com suas diversas variantes, entre as quais a mais importante foi o Nominalismo, através de episódios e vicissitudes por toda a Idade Média tardia até atingir, nos inícios do século XVII, um ponto decisivo de inflexão que orientou a filosofia moderna no sentido da ruptura final da meta-analogia entre Fé e Razão e deu origem a essa que denominamos polaridade de

tensão entre as razões da Fé e as razões da Razão. Mas, como tivemos ocasião de afirmar alhures⁸, não foi o famoso episódio da condenação de Galileu, tantas vezes ideologicamente explorado, que se revestiu aqui de um caráter emblemático. Foi o anúncio, por René Descartes, de uma nova ciência ou nova Filosofia, já codificada nas *Regulae ad directionem ingenii* (1629), e da qual parte o imenso processo teórico de transposição da Transcendência *real* em transcendência *lógica*, o que significou, de um lado, a primazia do *sujeito* sobre o *ser* e, de outro, a pressuposição da soberania da Matemática como *scientia rectrix* do universo intelectual. Ou ainda, a passagem de uma estrutura *teocêntrica* para uma estrutura *antropocêntrica* da Razão. Esse processo, cadenciado pelo aparecimento das metafísicas racionalistas segundo o modelo da razão matemática, foi longo e complexo e somente com Kant, um século e meio depois de Descartes, chegou ao seu *point de non retour*⁹. Ora, do ponto de vista do problema que agora nos ocupa, a imanentização *lógica* da Transcendência tornou inviável a proposição de uma nova forma de meta-analogia entre Fé e Razão. Os dois termos estão irremediavelmente separados e em confronto. Tal a situação moderna do binômio Fé e Razão, que é inútil querer dissimular. Ou ainda, tal a situação das duas fontes espirituais originárias da nossa civilização. Não é surpreendente, pois, que esta viva uma das suas crises espirituais mais profundas. Com efeito, o *lógico* é, por definição, o domínio do *operável*. A razão moderna é essencialmente *operacional*. Nela os procedimentos *formais* passam a reger soberanamente a hermenêutica dos *conteúdos*. A *operação* da Razão passa inteiramente sob o domínio do sujeito ou da sua razão finita, dando origem ao processo pretendidamente autônomo e sem fim de racionalização do real segundo a medida da razão humana, ao qual pode ser aplicada a designação hegeliana de “mau-infinito”. Hegel foi, aliás, o único filósofo moderno a penetrar com extraordinária acuidade as articulações elementares do espírito moderno e tentar, num esforço titânico de pensamento, restabelecer uma nova estrutura meta-analógica entre a Razão e a Fé segundo o modelo de uma dialética do Espírito. Mas esse esforço terminou, como é sabido, por suprasumir a Fé na univocidade de uma Razão absoluta desdobrando-se na história como Espírito e comparecendo finalmente como Saber absoluto.

Com a razão moderna assim entendida, não há verdadeiramente *impasse* de um diálogo. Há, sim, a exaustão do diálogo antigo, ou melhor, a impossibilidade da circulação de um *logos* comum meta-analógico, unificado pela admissão do Transcendente *real*, entre o *logos* da Fé e o *logos* da Razão.

⁸ *Fé e Razão*, ed. PUC-MG, 1998, 2.

⁹ Ver, *Ética e Razão moderna*, II, Itinerário da Razão moderna, *Síntese* 68 (1995): 58-69)

Conquanto a corrente de fundo da razão moderna avance pela vertente antropocêntrica, a orientação para o pólo transcendente *real*, que está, como vimos, na origem do ciclo da razão bíblica e da razão grega, aparece como tendência aparentemente irreversível da Razão no seu sentido amplo, e essa aflora filosoficamente aqui e ali mesmo no seio da razão moderna. Ela assegurou a atualidade *permanente* do problema Fé e Razão e tornou possível o aparecimento de um documento de tão amplas proporções e ambições como a *Fides et Ratio*.

V. Conclusão

Entramos, assim, na Conclusão, na qual pretendemos refletir brevemente sobre a hermenêutica da *Fides et Ratio* e sobre o futuro da nossa civilização.

O pontificado de João Paulo II representou nesses últimos vinte e um anos, como é notório, um enorme esforço de implementação do programa de *aggiornamento* delineado pelo Concílio Vaticano II. Do ponto de vista da presença da Igreja no mundo, que aqui particularmente nos interessa, é possível afirmar que a atenção e a ação de João Paulo II atingiram todos os campos onde mais intensamente se exerce a atividade dos nossos contemporâneos e onde mais nitidamente se manifestam seus propósitos, seus ideais e seus problemas: da técnica e da ciência à economia, à organização social e à política, a tudo se estendeu a atenção de João Paulo II, e tudo foi objeto da sua reflexão e do seu ensinamento. Restava, no entanto, o tema, entre todos crucial, da relação entre Fé e Razão, cuja atualidade *permanente* tornara-se dramaticamente *conjuntural* com a programa que vem sendo executado pelos corifeus da razão moderna de *immanentização* de todos os significados racionais. Como entender a presença da Igreja ou do *quérigma* cristão numa cultura que se declara intransigentemente *pós-metafísica*, vem a ser, excludente de toda transcendência *real*? O problema já se delineava a quando do Concílio Vaticano II, mas este não teve tempo ou não ousou enfrentá-lo na sua radicalidade dentro do clima de otimismo simbolizado pela *Gaudium et Spes*. Trinta e cinco anos depois, João Paulo II vê-se face a face com a urgência e inevitabilidade dessa questão decisiva. Sua resposta é a *Fides et Ratio*. Nunca antes o magistério pontifício discorrera com tanta amplitude, com tantos pormenores, com tanta lógica, com tanto rigor sobre um problema que, no entanto, formula-se no próprio coração da presença da Fé no mundo da racionalidade ocidental. Vem daqui, acredito, a importância única e indiscutível dessa Encíclica, qualquer que seja o ângulo sob o qual venha a ser interpretada. O próprio fato de que a Fé, na sua expressão

mais autorizada, se encontre finalmente face a face com a razão moderna adquire uma significação emblemática nesse fim de milênio, no qual a modernidade revê e tenta reorientar seus caminhos e o Cristianismo se interroga igualmente sobre a imagem com a qual se apresentará no limiar do terceiro milênio da sua história.

Ora, dessa auto-interrogação do Cristianismo, a *Fides et Ratio* é um testemunho extremamente significativo, apesar da linguagem convencional do magistério com que é transmitido, e que convém interpretar justamente à luz dessa sua significação mais profunda. Da nossa parte estamos convencidos de que a hermenêutica verdadeira da *Fides et Ratio*, cujo texto é hoje de todos conhecido, não deve operar, ao menos inicialmente, com categorias como as de *diálogo*, de *abertura* à razão moderna, de *ecumenismo* cultural. Tudo isso pode ser considerado, mas num segundo momento. Antes, porém, é necessário definir os termos do díptico *Fé e Razão*. Descer às suas longínquas raízes históricas, eliminar a ambigüidade semântica que o afeta na linguagem moderna, excluir a possibilidade da sua leitura na forma da lógica de um dilema. Tal a tarefa que se propõe preliminarmente a *Fides et Ratio* e que tentamos retomar nessa palestra. Daqui a importância decisiva que assume a presença da Filosofia na ordem das considerações desenvolvidas pela Encíclica. Com efeito, a Filosofia é, como vimos, a expressão mais alta da Razão seguindo as exigências da sua lógica interna. A alternativa histórica que se ofereceu a esse supremo esforço da Razão operando a partir de si mesma foi a Razão acolhendo a revelação da Palavra transcendente e a ela se submetendo, e que denominamos a atitude da Fé. Ora, a experiência que determinou por longos séculos a história espiritual e intelectual do Ocidente mostrou a possibilidade de uma polaridade de harmonização entre Fé e Razão, expressa na linguagem de uma meta-analogia levando em conta a unificação das suas múltiplas formas em torno do foco para o qual tende ou do qual parte seu movimento essencial: o Transcendente ou o Absoluto *real*, "*quod omnes dicunt Deum*", para usar a expressão de Tomás de Aquino. Aqui reside, portanto, o fundamento ontológico da meta-analogia que permite a convivência entre Fé e Razão. Uma razão encerrada na *imanência* mundana e histórica, como a razão que prevalece na filosofia moderna, não encontra ponto nenhum de convergência com a Fé: inútil tentar conciliar o inconciliável. Esta a advertência transmitida, por exemplo, por um Heidegger, e que convém ter sempre presente na reflexão sobre esse problema. Compreendemos, assim, a significação da insistência da *Fides et Ratio* preconizando o restabelecimento do terreno metafísico fundado sobre o reconhecimento do Absoluto *real*, para que se possa instituir, no clima da modernidade, uma nova polaridade de harmonização entre Fé e Razão. Nesse ponto a Encíclica dilata generosamente o horizonte relativamente estreito que predominava na neo-escolástica, admitindo vários itinerários

metafísicos ao lado dos clássicos platônico-agostiniano e aristotélico-tomista, e seguindo inspirações e roteiros sugeridas e esboçados pela filosofia moderna. Mas a *conditio sine qua non*, para esses roteiros é que todos, na sua fecunda e estimulante *distinção*, possam *unir-se* na convergência para o foco do Absoluto *real* como termo último de todos os caminhos da Razão. Nesse largo campo podem florescer uma metafísica inspirada na filosofia da Ação de um Maurice Blondel, na Filosofia do Espírito de um Lavelle ou de um Michele Federico Sciacca, na *Analogia Entis* de um Erich Przywara, ou na *Analogia historica concreta* do seu discípulo Hans Urs von Balthasar, na metafísica fenomenológica de uma Edith Stein, ou numa metafísica da esperança segundo Gabriel Marcel, e outras. Esse o vasto programa de reflexão e criação filosófica que a *Fides et Ratio* propõe aos pensadores cristãos e a cuja execução está intimamente ligado, assim estamos convencidos, o futuro desse ramo, o mais nobre da nossa tradição cultural, que é a Teologia especulativa.

Uma palavra final: o tema levantado pela *Fides et Ratio* não é apenas um tema doutrinal dentro da Igreja. É um problema de civilização. Que civilização teremos no III milênio? A civilização do "homem só", ou a civilização do homem e Deus? A civilização sem Deus é anunciada, entre outros, por um Phillipe Schwartz¹⁰. Uma civilização religiosa é o que auguram os promotores do atual diálogo inter-religioso. O futuro o dirá. De qualquer maneira porém a atualidade ou não do tema *Fé e Razão* será um índice seguro do caminho que a humanidade terá então escolhido.

Endereço do Autor:
Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127
31720-300 Belo Horizonte — MG

¹⁰ 2001: *un monde sans Dieu*, Paris, L'Écart, 1999